

Parágrafos sobre censura provocam críticas gerais

Os dispositivos sobre comunicação do anteprojeto do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) provocaram reações negativas em todo o País. Dois parágrafos do artigo 291 motivaram, em especial, os protestos. O parágrafo segundo estabelece que "é vedada toda e qualquer censura de natureza política ou ideológica. São proibidas as publicações impressas, os espetáculos públicos, a programação e a publicidade em geral nas emissoras de rádio e televisão, que se utilizem de temas ou imagens pornográficas, que atentem contra o bom costume e que incitem à violência". O terceiro veda "a propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento de saúde, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos". Esses textos são considerados em contradição com o parágrafo primeiro, que assegura "aos meios de comunicação ampla liberdade".

Em São Paulo e no Rio Grande do Sul as manifestações chegaram a adotar termos áspersos:

Ivan Pinheiro Machado, Diretor da L&PM Editores — "Não existe fim da censura com porém. Ou há censura ou não há. O que é pornografia para o Estado? Como o Ministério Público pode julgar o que é moral ou não? Para mim, mordomia é imoral, para eles é moral. Praticam-se em Brasília imoralidades que acham que está dentro da moral. Só que para o povo elas são imoralidades. O Ministério Público não tem competência para dizer o que é moral ou não. Como já disse, não existe meia censura. É que nem virgem. Ou é ou não é. Não existe meia virgem. Censura é uma coisa absoluta. O que deveria acontecer é a criação de mecanismos para que a população e o consumidor, caso se sentissem atingidos, pudessem reclamar."

Paulo Moreira Leite, editor político da revista "Veja" — "Este anteprojeto mantém o mesmo espírito liberticida das outras Constituições brasileiras. A cada nova constitui-

ção a liberdade de expressão e de imprensa perde um pouco mais de espaço."

Eneida Soler, Vice-Presidente do Sindicato dos Artistas — "A categoria de teatro não concorda com a censura. Sei que é uma briga difícil, mas não podemos admitir esta censura parcial, que trata as pessoas como irresponsáveis. Isso só interfere na criação artística. Dessa forma a nova Constituição não será um paço à frente, vai nivelar tudo por baixo."

Luciano Ornellas, secretário de redação do "Estado de São Paulo" —



Este texto é longo e confuso demais. Acho que deveria ser mais simples, apenas proibindo a censura em qualquer nível, e deixando os casos ordinários às leis ordinárias. Um texto que de um lado proíba a censura, e ao mesmo tempo abre a possibilidade de que chegue um Brossard qualquer e comece a proibir qualquer coisa. Em um texto constitucional, todo projeto detalhado demais é obscurantista, porque abre caminho para interpretações. Projetos longos me deixam de pé atrás. Me assusta também essa proposta de criar conselhos de ética dentro das emissoras, sem deixar claro quem serão os membros, pois parece aquela história de "criar dificuldades para vender facilidades". O projeto me parece ameaçador.

Antônio Callado, escritor

"Sou contra toda e qualquer forma de censura nos meios de comunicação. Todos devem ter liberdade e responsabilidade com seu público. Os que não obedecem ao menor critério de bom senso, naturalmente, vão perdendo seu público, seu mercado. Este é o melhor reflexo da sociedade, não uma extrapolação, um excesso dela. Lembro que em 68/69, quando trabalhava no "Jornal da Tarde", tínhamos censores nas oficinas. Tive várias matérias censuradas. Era uma decepção, no dia seguinte, encontramos receitas de pudim no lugar de uma matéria. Mas

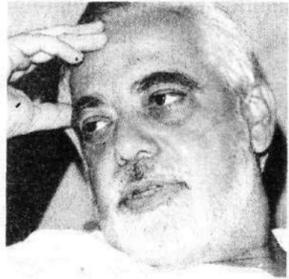


A impressão que se tem é que a luta da intelectualidade brasileira foi inútil. E sem dúvida um retrocesso. A criação desses conselhos de ética é a forma de os setores retrógrados cobrirem a criação. É triste porque existe um anteprojeto mais progressista, redigido por uma comissão com intelectuais, que foi entregue ao então Ministro Fernando Lyra, que simplesmente acaba com toda forma de censura, admitindo critérios de classificação por horário e faixa etária. Se estou entendendo bem, isso é trágico, porque a redação deste anteprojeto dá margem a que se proíba qualquer coisa. Os intelectuais precisam se mobilizar contra isso, porque o fundamental é a liberdade de expressão, pois, sem liberdade, nenhuma arte sobrevive.

Ferreira Gullar, escritor

a imprensa brasileira mostrou sua força, tanto que mais tarde o "Estado" ganhou judicialmente do Governo, foi indenizado pelo período de censura prévia que sofreu."

Fernando Mangariello, da Editora Alfa-Omega — "Tem de se levar em consideração a maneira como o parágrafo está redigido e como a questão aparece na prática. É até correto condenar a maneira global como a pornografia aparece. Mas o Poder Público proibir, não faz sentido. Qualquer divulgador ou agente cultural não pode concordar com a censura porque ela restringe a criatividade.



Sou a favor da liberdade. Este texto faz restrições a programas que contenham cenas eróticas, mas eu me pergunto: o que é mais imoral, uma mulher nua ou uma criança morrendo de fome? Me preocupa, porque o projeto proíbe cenas que estimulem a violência, mas acontece que qualquer coisa pode ser considerada imoral ou violenta. Se esse anteprojeto for aprovado, teremos muitos problemas, entre outros coisas porque ele proíbe a publicidade de cigarros, bebidas e remédios, o que provocará a queda de faturamento nas rádios e TVs, gerando desemprego num país pobre. E isso é absurdo, pois já existe o Conar, formado por publicitários, que julga a ética.

Fernando Barbosa Lima, dono da produtora independente de televisão Intervideo

Até entendemos a luta ideológica que se trava, por exemplo, contra certos anúncios como os de cigarros cuja finalidade é alienar. Usam o nu, as formas femininas para aumentar o ilusionismo. Mas quando o tema vai para um parágrafo de um artigo da Constituição é como se fizesse pornografia por pornografia e é achar que nossa sociedade é formada por insanos. Minha concordância é muito particular, mas é ampla a minha discordância, porque o legislador parte do princípio de que somos os erotizadores do mundo. Ora, nós que vivemos nos trópi-



É um absurdo. Esse dispositivo é o maior retrocesso que pode existir. O Código Penal já prevê os excessos cometidos pelos veículos de comunicação e não deveriam ser tratados num texto de Constituinte que se pretende seja o mais claro e conciso possível. Esse retrocesso na Constituinte é obra do lobby feito pelos 39 Deputados do grupo evangélico, que desejam derubar também a imunidade fiscal concedida aos livros e revistas e permitir apenas para publicações de livros religiosos, culturais e científicos. E preciso eliminar todas essas tolices e encerrar o capítulo que trata das comunicações logo no primeiro parágrafo, que assegure ampla liberdade aos meios de comunicação.

Alfredo Machado, Diretor-Presidente da Editora Record

cos temos de assumir nossa sensualidade. Temos de criticar o legislador porque sua posição tem origem no clericalismo. Basta ver que no Conselho Federal de Educação que dita os padrões de educação e comportamento, o maior número de assentos é do clero. E esse final do parágrafo prova que tudo não passa de invenção de mentes medievais que nos incutem esses valores. Não podemos aceitar esse rótulo de impuros. E tem mais: duvido que algum editor queira partir para esse tipo de publicação porque pornografia não vende."



Ainda não li o anteprojeto da nova Constituição entregue pelo Relator Bernardo Cabral. Mas, qualquer mecanismo que não elimine a existência da censura é uma traição. É uma traição a toda uma luta, dos últimos anos, em que muitos se comprometeram, e na qual muitos perderam a vida. Representa um retrocesso e fere as promessas que foram feitas durante os primeiros meses da dita Nova República. Acredito que os espetáculos devam ter, apenas, uma advertência quanto à faixa de idade mais apropriada, nunca uma interdição pura e simples. Isso não passa de traição à nossa luta. Vamos começar tudo de novo, já que não chegamos à democracia, apesar dos dois anos de transição que já vivemos.

Cacá Diegues, cineasta



Me admiro que um texto que pretende ser conciso inclua parágrafos acima de tudo conflitantes entre si. Os problemas relativos a excessos cometidos pelos meios de comunicação devem continuar sendo examinados pela lei ordinária já existente."

Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa



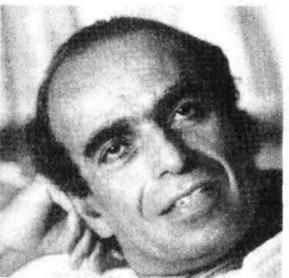
O primeiro parágrafo, que assegure ampla liberdade aos meios de comunicação, é muito bom. Os demais são complexos e contraditórios. Quanto à instalação de conselhos de ética nas emissoras de rádio e televisão, é uma medida existente apenas nos países mais reacionários."

Afrânio Coutinho, crítico, historiador e ensaísta literário



Com relação às comunicações, o substitutivo apenas trocou a palavra censura por ética, que é mais simpática. Quanto aos conselhos de ética que querem impor às emissoras de rádio e televisão, o correto é deixar isso a cargo de uma entidade representativa, como a Abert."

Zevi Ghivelder, Diretor de Jornalismo da Rede Manchete



Acho bastante bizarra a criação de conselhos de ética, vinculados às estações de rádio e televisão. Acho também que são contraditórios os artigos 1º e 2º. E um disparate. Quero crer que esse absurdo será percebido pelos nossos congressistas na hora da votação.

Affonso Romano de Sant'Anna, escritor



Esse anteprojeto representa a volta da censura. O Estado está se imiscuindo, cada vez mais, na criação artística. Estudam formas e maneiras de tutela. Não pretendo me submeter a tal coisa. Essa Constituição que está sendo elaborada é um total absurdo.

Doc Comparato, escritor e roteirista



Éa volta ao passado. Fico me perguntando se o que digo e falo também está sob censura. Nossa luta foi em vão. Voltamos ao que era antes. Hoje o episódio da morte da censura, ocorrido no Teatro Casa Grande, com a presença do então Ministro Fernando Lira, é um fato passado.

Carlos Eduardo Dolabella, ator

Simon acha que presidencialista é presidenciável

PORTO ALEGRE — O Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, afirmou ontem que todos os políticos que pensam em se candidatar à Presidência da República defendem o presidencialismo como sistema de governo, relacionando entre eles Ulysses Guimarães, Mário Covas, Marco Maciel, Aureliano Chaves, Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva. Ele explicou que sempre soube que isso aconteceria e disse que torce para que Brizola esteja certo em sua suposição de que Ulysses e Sarney são na verdade parlamentaristas, defendendo o presidencialismo apenas como "jogo de cena".

Simon revelou temer a pressão desses líderes e dos governadores adeptos do presidencialismo sobre os constituintes. E garantiu que, apesar de parlamentarista, não exercerá qualquer influência na bancada gaúcha.

Acredita o Governador que o sistema de governo será discutido até o último momento, prevendo que serão apresentadas emendas com todas as alternativas possíveis — presidencialismo puro, parlamentarismo com Presidente forte, presidencialismo mitigado e assim por diante.

Simon enfatizou que este é o momento adequado para uma decisão favorável ao parlamentarismo, mas admitiu que tal sistema poderá ser implantado apenas a partir do sucessor do Presidente José Sarney.

Afif defende projeto de decisão que exige relação dos 'marajás'

BRASÍLIA — O Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) defendeu, em discurso ontem no plenário da Constituinte, o projeto de decisão que solicita a relação dos "marajás" que recebem acima de CZ\$ 200 mil por mês a todos os órgãos da União, Estados e Municípios num prazo de 15 dias. Esta relação, de acordo com o Deputado, proporcionará aos constituintes a apresentação de emendas visando a extinção dos ganhos dos funcionários privilegiados:

— Não raro, o próprio Poder Judiciário mantém uma posição refratária em relação à transparência das remunerações pagas a seus servidores — afirmou o Deputado.

Acredita Guilherme Afif Domingos que a Assembleia Constituinte é "a esperança de acabar com o estigma da imoralidade administrativa que isso representa" e justifica a apresentação do Projeto de Decisão em três pontos básicos:

"1 — permitir à sociedade saber que remuneração é paga aos servidores públicos em valores acima de CZ\$ 200 mil, e a quanto montam esses pagamentos, em cada órgão público, da administração direta e indireta, em cada ramo do Poder e nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal";

"2 — restabelecer a hierarquia salarial em função do mérito e da função, e a consequente simplificação



Afif pede o fim dos privilégios

do cipoal de leis e normas a nível federal, estadual e municipal, que permitiu o surgimento dos marajás";

"3 — permitir que, no texto Constitucional, se introduzam normas que outorguem às autoridades responsáveis poder para coibir abusos acumulados ao longo do tempo, acobertados com a capa do direito adquirido, até mesmo em desrespeito ao interesse público geral".

Os suspeitos de receberem as altas remunerações, de acordo com Afif Domingos, são os detentores de mandato ou cargo eletivo, de cargo de confiança ou em comissão, os membros da magistratura, os servidores públicos civis, em atividade ou aposentados, em exercício permanente ou temporário ou apenas contratados em qualquer regime de trabalho, bem como os militares da ativa ou da reserva, e dirigentes e empregados de entidades da administração indireta e de fundações mantidas pelo Poder Público.

Desses, no caso de ultrapassar os CZ\$ 200 mil, o Deputado quer a remuneração que é compreendida por salários, vencimentos, soldos e indenizações, estímulos, vantagens e gratificações de todo tipo, diárias e ajudas de custo, e auxílios a qualquer título, além de proventos e outros pagamentos feitos aos civis aposentados e militares da reserva.

Para Afif Domingos, depois de tomadas as medidas contra os "marajás", será possível restabelecer parâmetros de hierarquia entre os três níveis de governo, isonomia entre os ramos do Poder Público e hierarquia salarial em função do mérito e da responsabilidade funcional, "bem como promover a dignidade do serviço público, tomado na sua mais elevada significação, mediante salário justo e adequada remuneração".

Comício pelas diretas em 88 é adiado na Bahia

SALVADOR — Prevendo um fracasso de público, os organizadores da campanha por eleições presidenciais diretas em 1988 resolveram adiar para 25 de setembro o comício que se realizaria hoje em Salvador. O Deputado Haroldo Lima, Líder do PC do B na Câmara, reconheceu que o ato, conduzido apenas pelos partidos de "esquerda", não atrairia a multidão que se pretendia levar às ruas. A comissão organizadora, para quem o Governador Waldir Pires não deu qualquer estímulo ao comício, espera que o adiamento possibilite a adesão de setores do PMDB favoráveis ao mandato de quatro anos que ainda não se integraram ao Comitê Pró-Diretas.

Defesa de emendas populares vira ataque ao substitutivo de Cabral

BRASÍLIA — Destinada à defesa das emendas populares que tratam dos direitos dos trabalhadores, a sessão de ontem da Constituinte acabou servindo para que fossem feitas as primeiras críticas ao substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), entregue na madrugada de ontem.

De acordo com os representantes das entidades civis, Cabral alterou todo o mérito do anteprojeto da Comissão da Ordem Social quando modificou a definição de estabilidade no emprego e previu a aposentadoria aos 35 anos de serviço para os homens e 30 anos para as mulheres, desde que tenham, no mínimo, respectivamente, 53 e 48 anos de idade

(o trabalho do menor não contaria para a aposentadoria).

O primeiro a chegar ao plenário da Constituinte, Ulisses Riedel, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) — que seria o terceiro a discursar ontem —, afirmou que iria fazer um pronunciamento político criticando Cabral "por não ter respeitado as diretrizes aprovadas pela Comissão da Ordem Social".

— Eu não estou aqui para fazer apenas uma figuração. Será que todos os trabalhos das subcomissões e comissões temáticas serviram apenas de alegoria? O que dizer então das emendas populares? Foram en-

tregues apenas para decorar os gabinetes da Constituinte? — comentou Riedel, irritado.

Mais tarde, durante a sessão, Bernardo Cabral e Ulisses Riedel conversaram em um canto do plenário. O representante do Diap criticou o texto elaborado, afirmando que houve um retrocesso significativo para os trabalhadores.

— Se houve algum erro, será corrigido na apresentação de meu segundo substitutivo. Faça as suas críticas na tribuna, aponte o que acha necessário ser alterado. Converse com o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e vamos manter outras reuniões. Acato o que for entendimento — respondeu Cabral.

Arinos vai a Leônidas para defender o parlamentarismo

BRASÍLIA — O Senador Afonso Arinos, Presidente da Comissão de Sistematização e autor da proposta parlamentarista incluída no novo anteprojeto de Constituição, vai levar hoje ao Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, a opinião de que a manutenção do sistema presidencialista não serve aos interesses de estabilidade do País. O encontro, inicialmente programado para ontem, foi anunciado para esta sexta-feira por fontes próximas ao Ministro do Exército.

Arinos irá ao Ministro Leônidas, como já foi ao Presidente Sarney, apresentando a corrente parlamentarista que começou ontem a reagir à ofensiva do Governo e de lideranças

partidárias em favor da preservação do presidencialismo. Após a primeira reunião formal para articular a aprovação do parlamentarismo na Constituinte, ontem à noite, na Comissão de Finanças do Senado, os defensores deste sistema de governo chegaram à conclusão de que terão pela frente dois fortes obstáculos: a disposição do Palácio do Planalto em aprovar o presidencialismo e a dificuldade para definir um modelo que agrade a todos os parlamentaristas.

Areunio contou com a presença de lideranças de todos os partidos, numa demonstração de que a causa do parlamentarismo é apertada e não significa uma afronta ao Presidente Sarney.